

## LAZER E DEFICIÊNCIA: UM DIÁLOGO COM OS DISABILITY STUDIES

Recebido em: 18/02/2025

Aprovado em: 04/06/2025

Licença: 

André Luís Normanton Beltrame<sup>1</sup>

Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Taguatinga – DF – Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-8753-0159>

**RESUMO:** O presente ensaio procura refletir acerca do sentido dado ao lazer às pessoas com deficiência. Aborda, para tanto, a aproximação entre os estudos do lazer e o movimento londrino dos *Disability Studies*. Após discorrer acerca de um breve histórico acerca deste movimento ativista e acadêmico e a marca de seus estudos, reconhecida como a construção de um contraponto à interpretação biológica da deficiência, entrecruza sua trajetória ao campo do desenvolvimento crítico do lazer e as expectativas que configuram seu acesso. O estudo, ao mesmo tempo em que aponta situação de anomia e passividade das pessoas com deficiência frente as decisões que lhes dizem respeito, defende a necessidade de um cenário coletivo que enfrente as barreiras estéticas e sociais criadas, oportunizando a participação ativa de voz e interesses reconhecidos e respeitados

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Deficiência. *Disability studies*.

### LEISURE AND DISABILITY: A DIALOGUE WITH DISABILITY STUDIES

**ABSTRACT:** This essay seeks to reflect on the meaning given to leisure for people with disabilities. To this end, it addresses the approximation between leisure studies and the London movement of Disability Studies. After discussing a brief history of this activist and academic movement and the mark of its studies, recognized as the construction of a counterpoint to the biological interpretation of disability, it intersects its trajectory with the field of critical development of leisure and the expectations that configure its access. The study, while pointing out the situation of anomie and passivity of people with disabilities in the face of decisions that concern them, defends the need for a collective scenario that faces the aesthetic and social barriers created, providing opportunities for the active participation of voice and recognized and respected interests.

**KEYWORDS:** Leisure. Disability. Disability studies.

<sup>1</sup> Doutor em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília

## **Introdução**

A tentativa de compreender o fenômeno do lazer a partir de determinados grupos sociais nos remete a busca por elementos que auxiliem a identificar limites e possibilidades desta necessidade humana. O exercício, enquanto esforço empreendido nesta direção, caminha ao encontro de possíveis diálogos e seus desdobramentos econômicos, sociais, políticos e históricos, que permitam entender como esse campo da vida social se apresenta a determinada parcela da população.

Pensando a deficiência<sup>2</sup>, nesse enfoque, nos colocamos diante de um complexo conceito que, para além da lesão de ordem orgânica, envolve uma desvantagem, resultante de uma produção material e simbólica, comprometendo a plena existência da pessoa com lesão na sociedade (DINIZ 2007; OLIVER, 1998; BRASIL, 2009). É reconhecido, oriundo desta colocação, um aparato estrutural onde a experiência da pessoa com deficiência vive sob um processo de divisão e marginalidade social, quando relacionada à pessoa sem deficiência<sup>3</sup>.

No plano fenomênico e empírico, ponto de partida para se alcançar a estrutura e dinâmica do objeto pesquisado, algumas condições demarcam o reconhecimento do lazer enquanto espaço de vivência e produção cultural para este público. Tanto uma indústria cultural historicamente marcada por estereótipos (BARNES, 1992; SHAKESPEARE, 1994; FARIA, CASOTTI, 2014), como uma concepção inacessível das cidades (GLEESON, 1999; KAPSALIS, JAGER, HALE, 2024), além da pouca inserção no mercado de trabalho

---

<sup>2</sup> Neste estudo há concordância com o artigo 1º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que destaca a pessoa frente à deficiência. Do mesmo modo sua definição, que diz: “Pessoas com Deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas”.

<sup>3</sup> De acordo com a OMS estima-se que 16% da população mundial convive com algum tipo de deficiência, possuindo menor acesso à saúde, educação, emprego, transporte e informação, quando relacionadas a pessoas sem deficiência (WHO, 2022). No Brasil, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD (BRASIL, 2022) aponta, dentre outras questões, os seguintes dados comparativos entre pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência: alta taxa de analfabetismo, 19,5% para 4,1%; baixo nível de ocupação, 26,6% para 60,7%; e, pouca participação na força de trabalho, com 29,2% para 66,4%.

(ROSA, 2009; GARCIA, 2010), nos levam a refletir o porquê isso acontece.

Para isso, este estudo procura retomar de forma crítica as configurações tanto do lazer como da interpretação da deficiência. Ambas constituídas a partir de uma sociedade industrial que carrega consigo um forte viés funcionalista. Para o lazer, caracterizando a ocupação do tempo livre controlada pelos donos dos meios de produção (MARCASSA, 2010; MUNNÉ, CODINA, 1996; PADILHA, 1992; 2010; MASCARENHAS, 2005; AITCHISON, 2009). E, para a deficiência, entendendo-a objeto de uma formação discursiva, *pari passu* a uma modificação estrutural das relações sociais a partir do trabalho, que fundamenta a ideia de espaços de enclausuramento. Algo que, por sua vez, constrói e reforça uma identidade voltada a incapacidade de pertencer à sociedade (OLIVER, 1998).

O debate inicial, ao tomar esta abordagem, gira em torno das seguintes questões: se, sob o ponto de vista funcionalista, o lazer possui a “função de recuperar a ordem e a unidade e manter a paz social quando o trabalho, por um acaso, não cumprir seu papel” (PADILHA, 1992, p.3); o que dizer daqueles que historicamente tem dificuldade em pertencer ao sistema produtivo? Do mesmo modo, quais demandas e lutas aparecem na trajetória da cidadania e acesso ao lazer deste público?

Para alguns teóricos dos *Disability Studies* (Estudos da Deficiência) a conversão da sociedade ao estatuto moral do trabalho forma as bases das atitudes de discriminação e exploração que excluem as pessoas com deficiência da vida comunitária. Isso se dá a partir de uma forma hegemônica de se interpretar a deficiência, o chamado “modelo médico”, ou “modelo individual”. Nela se inaugura não só a ideia do anormal, mas também um sistema enunciativo, de base científica, que determina a cura ou correção em solução a algo que precisa ser corrigido. À sombra deste ponto de vista estabelece-se uma trajetória em que a experiência do corpo deficiente passa a ocupar a marginalidade

das relações hierárquicas de poder (FINKELSTEIN, 1980; OLIVER, 1998; 2013).

A problemática desse entendimento gera diretrizes para uma ocupação do tempo livre sitiada por uma ótica utilitarista e que apenas reconhece o corpo pertencente ao quadro produtivo. O tempo livre, assumindo uma condição acessória do trabalho, carrega simbólica e moralmente uma ideia de direito ao lazer para poucos. A deficiência nesse caso se depara com enorme risco para sua fruição, vocacionada para o prazer e orientada pelo lúdico, pois se está diante de uma construção de base interpretativa biológica e não social. Há, portanto, a necessidade de evidenciar e buscar respostas a posição de submissão deste grupo social nas relações de poder, uma vez que tem questionada sua capacidade produtiva e participativa nesse processo.

Sendo assim, a importância de trazer o grupo em tela para o debate reside no entendimento de reconhecer na própria pessoa com deficiência a capacidade de voz e protagonismo em assuntos que lhes dizem respeito. A representatividade do grupo londrino guarda relação com o protagonismo e ativismo, sobretudo político, desde a década de 1970, em estudos desenvolvidos no *Centre of Disability* da *Leeds University*, Inglaterra. O que esses intelectuais trazem está ligado ao que perceberam em suas vidas e em seus estudos, traduzidos no campo da sociologia da deficiência. Basicamente diz respeito ao fato de que a deficiência em si se sobrepunha à pessoa, de modo que não eram ouvidas no que tinham a dizer, apenas receptoras daquilo que outras pessoas faziam por ela.

A tese nuclear do que propõem se contrapõe a um campo discursivo hegemônico que vem tratando a pessoa com deficiência sob o prisma único da lesão. Campo este que, apoiado por argumentos científicos clínicos e biofísicos acabou por tornar o sujeito vítima de um sistema social opressivo a partir da normalização do corpo. Portanto, do que baliza esse debate, o objetivo do texto está em refletir o sentido dado ao lazer as

peessoas com deficiência trazendo para isso a aproximação entre os estudos do lazer e o movimento londrino dos *Disability Studies*.

A fim de realizar esta tarefa o trabalho será apresentado em três eixos. O primeiro, historicizando a construção histórico social da deficiência. Nesta parte são apresentados, introdutoriamente, alguns mecanismos deste complexo universo de compreensão, por intermédio da base materialista da teoria da opressão social. No segundo, destacando o fenômeno do lazer e suas raízes históricas ligadas ao trabalho, são trazidos elementos da configuração do lazer para a pessoa com deficiência a partir da influência funcionalista. Por fim, na ótica crítica, serão tratadas algumas contradições das interpretações ainda remanescentes nas ações do campo e perspectivas que possibilitem no lazer a participação e exercício da cidadania.

### ***Disability Studies: Do Surgimento à Construção do Modelo Social de Interpretação da Deficiência***

Segundo Abberley (1987) os primeiros estudiosos do que viria a se constituir os *Disability Studies* foram deficientes institucionalizados, com algum tipo de deficiência física. Um destes teóricos foi Paul Hunt, que inicia sua militância ao liderar um grupo de residentes em uma instituição para deficientes físicos na Inglaterra, chamada *Le Home Court Cheshire*. Hunt diz que a reivindicação era com o objetivo de ter mais liberdade e representatividade nos processos de decisão circunscritos ao ambiente em que residiam; “escolher a nossa hora de dormir, ingerir bebidas alcoólicas, liberdade para se relacionar e fazer sexo sem interferências, liberdade para sair do prédio sem ter de notificar as autoridades” (HUNT, 1981, p.38, tradução nossa).

O que parecia uma demanda sustentável, do ponto de vista da autonomia do sujeito, sem ter que depender dos outros e sua vigilância excessiva, ganhou contornos

contrários ao que se pleiteava (que era dar maior liberdade à pessoa com deficiência). Quando profissionais foram designados para auxiliar esta reivindicação, chamados Eric Miller e Geraldine Gwynne, foi realizado um estudo e seus achados publicados posteriormente. O estudo, intitulado *A life apart*, ao buscar discutir questões relacionadas às pessoas que viviam em ambiente institucionalizado preconizavam que a mudança deveria ocorrer no processo de organização e aperfeiçoamento de quem as atendesse. E, nesse sentido, as pessoas com deficiência física deveriam reconhecer suas limitações, o que acabou reforçando as prerrogativas de segregação e dependência questionadas anteriormente (HUNT, 1981).

Ao ignorar o contexto no qual a deficiência é produto de uma sociedade e não culpa do sujeito que experimenta a lesão, fazendo com que a pessoa tenha que se “conformar” com isso, surgem respostas ao documento. Assim sendo, em contrapartida ao *A life apart*, Paul Hunt publica em 1966 uma coletânea intitulada *Stigma: The Experience of Disability*, denunciando o processo de estigma vividos no cotidiano das pessoas com deficiência. Publica também, em 1972, carta ao jornal inglês “*The Guardian*” conclamando as pessoas a se mobilizarem em torno das causas das pessoas com deficiência.

A partir dessas balizas interpretativas, e na efervescência do que já vinha dos anos 1960, no Reino Unido e Estados Unidos<sup>4</sup>, dos primeiros debates daquilo que viria a se configurar como Modelo Social, são organizados grupos e literatura a respeito. Dessa repercussão, em 1976, surge no Reino Unido a *Union of the Physically Impaired Against Segregation* (UPIAS), com os objetivos de retomar oportunidades para pessoas com deficiência, bem como: “participação total na sociedade, para viver independentemente, se apropriar do trabalho produtivo e ter pleno controle de suas

---

<sup>4</sup> Nos Estados Unidos esta prerrogativa reivindicatória é assumida pelo movimento denominado *The Movement of Independent Living – ILM*, constituído na Universidade de Berkeley, Califórnia.

próprias vidas” (SHAKESPEARE, 2014, p.211, tradução nossa). Uma das primeiras organizações formadas exclusivamente por pessoas com deficiência a UPIAS contava com os sociólogos Victor Finkelstein, que possuía deficiência física e de formação marxista, tinha sido exilado na Inglaterra por ser ativista contra o *Apartheid*; Paul Abberley, com poliomielite que percebe como, enquanto sociólogo, tinha pouco a dizer sobre experiências relativas à deficiência; Colin Barnes, com baixa visão e professor emérito de estudos da deficiência; e Mike Oliver, tetraplégico que militava a favor de mudanças sociais em suas diferentes esferas (econômica, política, social e cultural) como condições para a melhoria de vida da pessoa com deficiência (OLIVER, 1998).

Este último, explora, na primeira publicação científica da UPIAS (*Fundamental Principles of Disability*), em uma das primeiras incursões ao tema, a interpretação da deficiência consolidada nas publicações da Organização Mundial de Saúde (OMS). Algo fundamental à constituição do movimento, relativo a Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidade e Desvantagens (CIDID), na década de 1980 (WHO, 1980). O então chamado de Modelo Individual, observando suas diferentes nomenclaturas (Modelo Médico, Modelo Rehabilitador, Modelo do Déficit, Modelo Médico-Psicológico), se torna objeto de crítica. Para o autor a publicação traz para a deficiência o seu tratamento como doença, pois há a interpretação da associação ou resultado para sua consequência.

Esta forma de se interpretar a deficiência pode ser explicada melhor a partir do documento organizado na década de 70 e publicado na década seguinte pela OMS, que permanece até 2001. Sua lógica de estruturação interna, obedece a uma linearidade, exemplificada na seguinte sequência, (em português: *Distúrbio* ou *Doença*; *Deficiência*; *Incapacidade e Desvantagem*, respectivamente):

**Figura 1:** Estrutura linear da CIDID.



**Fonte:** World Health Organization (WHO, 1980, p.11).

De acordo com a CIDID a *Deficiência* é concebida como qualquer anormalidade ou perda referente à estrutura do corpo ou função de órgão ou sistema, resultantes de qualquer causa; a *Incapacidade*, reflexo das consequências da deficiência, representa restrição funcional para além do que se considera normal para um ser humano; e a *Desvantagem* é o resultado da incapacidade percebida, refletindo parâmetros que limitam ou impedem o desempenho de uma função que seria normal em relação a adaptação do indivíduo à sua volta (WHO, 1980).

A contraposição que se coloca atenta sobre o caráter culpabilizador do Modelo Individual, como em uma “*personal tragedy theory*” (teoria de tragédia pessoal), que só pode ser avaliada no domínio do saber médico, caminhando invariavelmente na direção do tratamento e medicalização. Há, nessa forma de se interpretar a deficiência, assumida de forma hegemônica pela sociedade, uma relação de causa e efeito em sua constituição. A deficiência justificadora da incapacidade de o sujeito pertencer plenamente à sociedade.

A interpretação que se elabora, do Modelo Social, defendia que as limitações causadas pelas deficiências não deveriam ser tomadas como culpa de quem as possuísse. Mas, ao contrário, culpa da sociedade que não acompanhou a necessidade de mudanças em suas formas de proceder, significando desde questões arquitetônicas, produtivas e de acessibilidade à procedimentos atitudinais para concebê-las junto as demais pessoas (OLIVER, 1996).

É uma teoria crítica, portanto, que debate os problemas a que as pessoas com



deficiência são submetidas como produto da desigualdade social, remetendo suas soluções a alterações no plano social. Chama atenção, inclusive, acerca da interpretação do termo estigma, quando utilizado por alguns de seus autores, mais notadamente, Abberley (1987), Oliver (1996) e Finkelstein (1996). Há, nesse campo, um desacordo ao postulado por Erving Goffman, em sua obra “Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada” (1988). A denegação está naquilo que Goffman coloca para se pensar a equação, no que se refere ao quadro de aceitação social, entre o status moral e o indivíduo marcado, estigmatizado. A evidência que a partir do momento em que os atributos depreciativos do estigmatizado já estejam evidentes no trato social e o indivíduo “acaba por se tornar uma pessoa desacreditada frente a um mundo não receptivo” (1988, p.28); é contestada pelos autores. Isso se dá na medida em que há uma incapacidade de apreciar a materialidade das práticas sociais. A resposta para isso está em uma situação de opressão a que estaria submetida a pessoa com deficiência inicialmente. E aí as relações materiais de existência do modo de produção capitalista corroboram para esta tese, que marca a deficiência como sombra à eficiência na relação de produção e se desdobra para o acesso e usufruto dos bens sociais. Questões relacionais existem, entretanto, seriam consequência dessa exploração.

Assim, dada a nova concepção, baseada na contestação da própria sociedade, que impôs uma condição de normalidade a ser seguida, há o direcionamento deste modelo ao terreno sociopolítico, com propostas e soluções para combater a discriminação. De acordo com Oliver (1998), há uma radicalidade neste modelo, que se caracteriza também como teoria da opressão social, pois acredita que a sociedade não soube se ajustar à diversidade transferindo esta responsabilidade às limitações corporais dos indivíduos.

Abberley (1987), neste contexto, ao discutir sobre o conceito de opressão junto

às origens sociais deste modelo, destaca alguns argumentos relevantes para sua compreensão. Inicialmente diz respeito à opressão sofrida por pessoas com deficiência e que o corpo e sua natureza física e biológica em si não explicam questões sócio-históricas. Justifica que a lesão neste caso não deveria ser confundida com deficiência, mas um erro histórico de tal associação que construiu barreiras sociais impedindo a deficiência de expressar suas capacidades, situação pela qual se encontram em posição inferior aos outros membros da sociedade.

Na sequência, as desvantagens a que acabam sendo submetidos está dialeticamente relacionada a um conjunto de ideologias que sustentam esta situação. Agrupa ambos dizeres apontando que tanto a desvantagem quanto a ideologia não são naturais ou inevitáveis, são um fenômeno sociológico o que justifica seu trabalho a partir deste ponto de vista – não apenas voltado para a medicina reabilitativa e de universo terapêutico. E por fim, conclui que assumir a deficiência nessa ótica, retirando da natureza suas origens e reconhecendo os efeitos de uma má distribuição social, é algo que conduz a uma transformação. No sentido de uma concepção política que envolva a defesa material e ideológica do Estado “como uma condição essencial de transformar as vidas de uma vasta maioria de pessoas com deficiência” (ABBERLEY, 1987, p.17, tradução nossa).

Do que é colocado observa-se que a UPIAS, para além de seu posicionamento contraditório ao tratamento e análise da deficiência de seus antecessores, desenvolve em uma significativa produção teórica propostas para um novo campo discursivo. Ao sistematizar no espaço acadêmico teorias sociológicas acerca da deficiência e o próprio ativismo que os articulam a outros movimentos, como o ILM<sup>5</sup>, há a consolidação de um

---

<sup>5</sup> Existem diferenças entre o movimento Norte Americano e o Inglês (ILM e UPIAS) que não são abordadas no texto. O primeiro (ILM), tangencia suas ações em campanhas políticas por direitos civis, procurando ser protagonistas em atividades que lhe digam respeito; porém, sob uma ótica funcionalista, procuram fazer parte da sociedade de consumo. O segundo (UPIAS), adota a teoria crítica e

novo horizonte de estudos denominado *Disability Studies*.

Os *Disability Studies* nascem, portanto, com esta direção, explorar sob o ponto de vista político e cultural questões voltadas à uma sociologia da deficiência. Este novo campo de saber tem o termo cunhado ainda na década de 1970, em função do primeiro curso de pós-graduação na concepção do modelo social de deficiência, realizado pela Universidade de Kent (DINIZ, 2007). Saem de debates isolados ao universo acadêmico internacional ao longo da década de 1980 e 1990 a partir de diversas inserções, como: no curso de graduação à distancia intitulado “a pessoa deficiente na comunidade”, oferecido pela Universidade Aberta do Reino Unido (BARNES; OLIVER; BARTON, 2002); pelo periódico, criado em 1986, *Disability Handicap and Society*, atualmente *Disability and Society*, que abriga estudos e debates desenvolvidos nessa área (DINIZ, 2007; BARNES, 2010); e também, pelo protagonismo na revisão que avança do modelo individual para o modelo biopsicossocial de compreensão da deficiência, em 2001.

Ao chegar neste ponto, em que discutir a deficiência ganha conotação política, trazida pelo caráter emancipador dos *Disability Studies*, se acolhe a ideia deste texto em trazer o lazer em análise, a fim de dialogar com seus estudos. A seguir, tendo como ponto de convergência o referencial funcionalista, serão apresentados elementos iniciais de uma configuração do lazer para este público, assim como limites em sua experiência.

### **Lazer em Contraponto ao Trabalho: O Espaço Ocupado pela Deficiência**

dizer que a deficiência é uma categoria produzida pela sociedade capitalista de uma forma particular, implica uma visão de mundo onde se subentende que a produção da categoria deficiência não é absolutamente diferente da produção de automóveis ou hambúrgueres. Aliás, cada um tem uma indústria, seja o carro, o fast food ou o setor de serviços humanos e, cada indústria tem uma força de trabalho que tem interesse na produção dos seus produtos e no

---

emancipatória em seus direcionamentos, criticando o modo pelo qual a sociedade do capital os tratou, procurando gerar mudanças na política social e na legislação de direitos humanos (PALACIOS, BARIFFI, 2007).

controle do processo produtivo (OLIVER, 1999, p.2, tradução nossa).

Ao dizer que “a deficiência é uma categoria produzida pela sociedade capitalista”, Mike Oliver, traz à trajetória dos *Disability Studies* um horizonte de análise materialista. A partir da explicação dos fenômenos enquanto resultado das interações materiais o paralelo que se faz diz respeito à ideia de que com o avanço do capitalismo, uma maior individualização do homem entrou em curso. Basicamente, as forças econômicas e sociais transformam a natureza do trabalho e sua necessidade para a vida da sociedade. De tal maneira que o regime de exploração da força de trabalho cria uma normatização do corpo, uma exigência laboral; fazendo com que aqueles que não pertençam ao círculo da produção vivam em situação de opressão e injustiça (OLIVER, 1999, 2013).

A leitura médica nesta ótica se alia à indústria e ao interesse do capital, pois os indivíduos com deficiência (associados à doença e incapacidade) passam a ser vistos como incapazes junto ao contexto do trabalho produtivo, sendo alvos da exclusão da sociedade (em instituições ou outros meios de controle social). Para alguns autores dos *Disability Studies*, em aproximação sociológica à conformação funcionalista, se observa a ideia de determinantes sociais na associação da “doença e deficiência” por intermédio da medicina higienista, economia e política.

Em outras palavras, algo traduzido em um consenso onde a doença seria um estado social e a autoridade médica o sistema que controlaria esse estado social (BARNES, MERCER, SHAKESPEARE, 1999; OLIVER, 1996, 1998; ABBERLEY, 1987). Para Barnes, Mercer e Shakespeare (1999), analisando pontos do funcionalismo estrutural em Talcott Parsons, há o destaque em que esse aceita a autoridade médica como legítima e sua função de controle social para o eficiente desenvolvimento da sociedade. Como efeito, a “medicalização” se estabelece enquanto argumento

dominante. Constrói-se então um entendimento comum e de equilíbrio para o desenvolvimento social cimentando formas particulares de controle ocupacional. Para os autores esta questão se associa com o patrocínio Estatal, assumindo a medicina ortodoxa em uma posição de destaque; em que os médicos se inserem no centro do sistema administrativo-legal, dentro do sistema de assistência social, gerindo processos para benefícios por doença e invalidez.

Já Oliver (1996), destaca a visão funcionalista como hegemônica ao longo do século XX, cumprindo a manutenção de um *status quo*. Uma ordem estabelecida onde a diferença, vista na pessoa com deficiência, se torna um território de controle e gasto do Estado. Segundo Oliver:

“A influência funcionalista enfatiza o papel da medicina para curar e manter o funcionamento ‘normal’ dos indivíduos e da sociedade. Neste modelo, o ‘papel de doente’ envolve estar em acordo ao querer ficar bem. Isso pode tornar as pessoas com condições incuráveis, incluindo pessoas com deficiência que são classificadas como doentes, parecerem desviantes. A ligação entre deficiência e desvio social influenciada pelo funcionalismo indica para os cuidados de saúde e a pesquisa e apoia o contínuo domínio de serviços de saúde e bem-estar profissionalmente controlados para pessoas com deficiência. Assim sob os atuais acordos previdenciários, mais de 70% dos gastos são destinados aos salários de profissionais que trabalham com pessoas com deficiência” (OLIVER 1998, p.1448, tradução nossa).

Para o autor, do ponto de vista do funcionalismo, a medicina controla a deficiência. A classificação do que se considera ou não “normal” traz traços definidores do que é marcado como desvio para a pessoa com deficiência. Além disso, o domínio da visão médica gerencia os serviços de saúde e bem-estar, bem como gastos em auxílio do governo. Entretanto, de alguma maneira, o autor complementa (do observatório inglês ao final dos anos 1990) afirmando que recentemente a questão previdenciária tem sido reduzida por meio de financiamentos coletivos assumidos por pessoas com deficiência<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Gastos previdenciários com as pessoas com deficiência tem sido um problema questionado já algum tempo. No Brasil, em tempo atual, o governo pretende endurecer regras para o Benefício de Prestação Continuada (BPC) concedido a mais de 4 milhões de brasileiros. Entre eles, em grande parte, pessoas com deficiência que não conseguem se manter sozinhos. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1125220-lei-que-endurece-regras-do-bpc-e-sancionada-com-veto/>. Acesso em: 6 de fev 2025.

Do que fica, aponta-se que a busca por uma vida independente tem no processo de normalização um discurso do funcionalismo que está subjacente, quando médicos, por exemplo, tentam utilizar seus conhecimentos e habilidades para tratar a deficiência ao invés da doença.

Sob o signo dessa racionalidade produtiva e daquilo que se constrói ou reforça, de controle aos que não pertencem à produção laboral, o lazer passa a representar uma instituição no interior do sistema social, atendendo a um conjunto de valores comuns. Em outros termos, na ótica funcionalista, atende a funções tanto do indivíduo como do sistema social como um todo. Pode-se dizer que o lazer acaba atuando em conformidade com as regras estabelecidas e assim materializado: válvula de escape para o estresse, compensador de algumas questões da vida e organizador de trabalho em equipe, por exemplo. Segundo Padilha, sob um olhar mais aproximado, esta ótica atrelada ao lazer possui a seguinte concepção (2010, p.69):

Segundo o referencial funcionalista, o lazer é concebido como uma solução, um remédio para os males sociais, uma redenção para o trabalhador. As causas sociais para os problemas a serem compensados pelo lazer não são questionadas, pois o que importa para o funcionalismo é manter a ordem e o equilíbrio social. Por isso, o trabalho é problema e o lazer é a solução, a violência é problema, a polícia é a solução e assim por diante (PADILHA, 2010, p. 69).

A partir do apresentado, em que o lazer ocupa espaço de oposição ao trabalho, e acaba logrando importância central na dinâmica social, a sociedade e as pessoas são instadas a compartilhar os mesmos valores no âmbito das partes que compõem o sistema. É assumida toda uma leitura e um modelo de desempenho, no sentido de transmitir impressões aos outros e constituir atributos aceitos socialmente. No campo das aparências, se estabelece e materializa inevitavelmente expectativas em relação ao corpo e sua expressividade.

O que se problematiza então é tanto a interlocução das práticas de entretenimento como elemento compensador e acessório do trabalho, como os sentidos

construídos socialmente para aqueles e aquelas que por algum motivo não pertenciam ao processo de produção. Ao adentrar neste terreno passamos a discutir não só o campo entre o choque dos ideais morais e éticos ligados ao trabalho e consumo, mas o espaço destinado aos que não pertenciam a esfera do trabalho.

Enquanto se marca o processo de normalização<sup>7</sup> da sociedade, entre o condicionamento dos que produziam e o controle dos que não se enquadravam no processo de produção, se encontram em curso dois caminhos distintos de reconhecimento do tempo livre. O primeiro, relacionado a uma massa de trabalhadores que estabelecem relação direta com o processo de expansão do consumo, incluindo aí o consumo relacionado ao lazer. E, o segundo, relacionado não em grandezas absolutas (de que só havia pessoas deficientes fazendo parte deles), àqueles que constituíam as massas proletárias, produto das contradições do capitalismo e seu mercado.

Aos trabalhadores, objeto deste **primeiro** caminho, teatros, tabernas e casas de café se revezam com as longas jornadas de trabalho para a classe dos trabalhadores e a classe burguesa, além de se apresentarem como novos espaços de sociabilidade para diferentes classes sociais. Neste espaço, ao se organizarem, os trabalhadores tinham à sua volta uma contraposição religiosa e legal frente ao uso do tempo livre. Baseada nas normas, costumes e modelo de produção vigente, se receava sua liberdade diante das adequações ao trabalho fabril.

Segundo Melo (2010, p. 35) “as diversões populares eram encaradas como potencialmente perigosas por serem consideradas perturbadoras da ordem porque se opunham à lógica do trabalho extenuado” e ainda “a antigos estilos de vida que precisavam ser combatidos”. O que estava em jogo, para além da queda da produção,

---

<sup>7</sup>Embora o trabalho tenha sido aqui tratado como foco da análise, pode-se depreender que a normalização não é instaurada apenas pelo trabalho em si, mas um conjunto de valores atribuídos pela modernidade que estabelecem relação de subordinação entre grupos. São alguns exemplos: Teoria evolucionista de Charles Darwin (1809-1882); Teoria da hereditariedade de Gregor Mendel (1822-1884) e Teorias sobre Eugenia com Francis Galton (1822-1911).

era o temor de que as classes populares entrassem em descontrole já que trabalhavam até 16 horas diárias, sem qualquer medida de proteção trabalhista, e eram fundamentais ao processo produtivo. Todavia, da exploração trabalhista à luta por regulamentação da jornada diária de trabalho, férias e fins de semana; o tempo livre acaba por se constituir um dos pontos basilares nas discussões da classe operária no século XIX. Com a conquista das oito horas de trabalho, oito horas de descanso e oito horas de lazer, ratificada em 1919 pela Organização Internacional do Trabalho, novas mudanças surgem em torno do tempo livre e sua relação com o lazer.

Entendendo que a conquista do tempo livre atrelada ao trabalho organiza o tempo social das pessoas, a indústria cultural se apresenta como uma das primeiras instituições, seguida da indústria do lazer, que reitera a dinâmica das necessidades e competências do capital. Nos termos de mais eficiente, redutor de custos e de maior produtividade o *taylorismo/fordismo*, idealizado pelo engenheiro Frederick W. Taylor (1856-1915) e desenvolvido por Henry Ford (1863-1947), se coaduna a ideia de um lazer promovido de maneira ainda inicial de reposição da força de trabalho, num ideário conformista para sua vivência. Este modelo, que causa profundas mudanças no processo de reestruturação do capitalismo, pois prima pelo volume (quantidade) para a obtenção de lucro (ou seja, se diminui o custo da produção para produzir mais por preços menores, tornando-se dependente do consumo), associa o lazer à recreação. Algo como atividades prontas para serem consumidas, especialmente definidas e direcionadas ao controle do tempo da classe trabalhadora.

Em relação **ao segundo** caminho, e em especial referência ao público com deficiência, já se reconhecia a sua incapacidade para pertencer ao sistema produtivo. Mas se por um lado temos a importância do trabalho para a manutenção e



desenvolvimento do sistema o que dizer das pessoas que de alguma maneira não pertenciam, ou passam a não pertencer, ao “funcionamento do sistema”?

Frederich Engels, em sua obra *A situação da classe operária da Inglaterra*, de 1843, traz os primeiros sinais daquilo que seria resultado das longas jornadas de trabalho ao registrar a grande quantidade de pessoas vítimas de lesões oriundas da exploração da força de trabalho. Notando elementos para compreensão da deficiência enquanto questão de classe, Russell e Malhotra acrescentam definições acerca do tema. Ao entender que características físicas como força e desempenho passam a ser fundamentais para a operacionalização das máquinas o capitalismo industrial não cria só uma massa de proletários, mas também uma “nova classe de deficientes” (2009, p.213), excluídos do trabalho assalariado. Assim, asilos, escolas, prisões, colônias e escolas especiais passam a desenvolver um conjunto de práticas que objetivam disciplinar os indivíduos a partir de normatizações que acabam tendo forte impacto na vida e no corpo daqueles que possuísem algum tipo de deficiência.

O lazer, portanto, uma vez que não havia cinemas, teatros, museus, restaurantes e hotéis acessíveis, passa a ser significado enquanto recurso profilático. Implica dizer que essa interpretação acaba manifesta em uma esfera individual e passiva, de base médica e de adaptação (ARAÚJO, 1997; WINNICK, 2004; AITCHISON, 2009).

Em tentativa ampliada de compreensão do fenômeno, considerando o âmbito Norte Americano e da Grã-Bretanha, Aitchison (2009) corrobora com algumas considerações. Destaca, por exemplo, que por mais de três décadas os estudos do lazer têm trabalhado na direção de grupos considerados marginais ou excluídos do consumo e participação do lazer. Todavia, e de forma paradoxal, aborda que as pessoas com deficiência ficaram invisibilizadas neste ambiente que se ocupou em debater a partir do sexo, raça e classe, como foco dos excluídos socialmente. Para a autora, existem três

motivos para que isso não venha acontecendo. O primeiro, pelo fato das origens disciplinares e fundamentos teóricos dos estudos do lazer não conseguirem atender a deficiência; o segundo, em relação aos discursos produzidos, que não fornecem definições de lazer significativas ao público com deficiência; e, em terceiro lugar a predominância do chamado Modelo Médico nos estudos do lazer e áreas congêneres, como as Ciências do desporto, que tem dificultado o desenvolvimento de uma teoria social crítica sobre o lazer e a deficiência. No avançar de sua elaboração a autora elenca outros elementos nessa mesma direção:

Ver o lazer como funcional ou individual para a sociedade é frequentemente associado ao movimento vitoriano de recreação racional e noções de ‘cristianismo muscular’ por meio do qual o lazer é ativo e dirigido e é visto para oferecer oportunidades para capitalistas controlarem o tempo, a atividade e os padrões espaciais das classes trabalhadoras (Clarke & Critcher, 1985). Onde o lazer é visto como funcional para pessoas com deficiência, é normalmente associado a uma função médica e não social. Ênfase na atividade física e fisioterapia, portanto, parece dominar um lazer menos fisicamente ativo ou a interação social como lazer (Leach & Bailey, 1995). A definição de lazer como liberdade pode ser igualmente problemática, pois várias atividades de ‘lazer’ podem não ser escolhidas livremente por pessoas com deficiência, mas podem fazer parte regimes prescritos de fisioterapia ou recreação que exigem facilitação por outros (AITCHISON, 2009, p.382, tradução nossa).

Do que debate a autora o lazer passa a ser uma experiência associada ao corpo e a sua cura pela via médica “envolta” a questões religiosas. Possui contornos de uma atividade que reconhece um corpo dependente, que não pode produzir, é incapaz e inválido. Fica visível o seu direcionamento, constituindo algo realizado “para” a pessoa com deficiência e não “pela” pessoa com deficiência. O fato social, na lógica funcionalista em questão, possui uma realidade exterior, racionalizada em condutas, que independem das nossas percepções individuais e assim não somos nós que a condicionamos, mas condicionados a ela. Portanto, o ponto de vista médico, e não social, acaba por denunciar uma estrutura que determina a realidade do lazer.

Deste modo, as construções sociais compreendidas a partir de diferentes significados materiais e simbólicos, para além de revestir as ações sociais junto a

deficiência, acabam por decretar a nulidade do sujeito. Em Oliver (1998) se estabelece uma crítica a esse entendimento de tratamento da deficiência como se fosse algo único, sem divisões e peculiaridades em seu interior. Nas palavras do autor é como se as políticas e argumentações nesse sentido falassem para um único público homogêneo.

O problema crucial é que as pessoas com deficiência, independentemente do tipo ou da severidade de sua deficiência, não são um grupo de homogêneo. O que pode ser facilmente acomodado dentro de uma sociedade que leva pouco em conta suas necessidades individuais ou coletivas. Assim como com toda a população, pessoas com deficiência diferem amplamente em termos de ascendência étnica, orientação sexual, idade, habilidades, crenças religiosas, riqueza, acesso ao trabalho e assim por diante. Claramente, sua situação não pode ser entendida ou, de fato, transformada por qualquer política baseada nas teorias estreitas e convencionais de normalidade ou uniformidade (OLIVER, 1998, p.1448, tradução nossa).

No interior dessa interpretação podemos depreender que o lazer e as práticas recreativas e de reabilitação suscitadas, embora possam ter o intento de contribuir para o sistema social, na direção e manutenção da ordem social, acaba estabelecendo alguns limites para a deficiência. Pode-se inferir, por exemplo, que o interesse dos indivíduos e grupos são os mesmos que o da sociedade como um todo, ignorando diferenças históricas entre grupos, em que uns podem ser mais beneficiados que outros. Do mesmo modo, caminha-se para não reconhecer que o lazer e as práticas lúdicas de divertimento são construções sociais e claramente possuem um sentido de promover interesses de grupos que procuram sua vivência.

Chegando neste ponto, dessas peculiaridades, se faz necessário o pensamento de um lazer enquanto mecanismo de crítica e superação desta lógica. Inicialmente, expondo suas contradições e, na sequência, refletindo a importância de um lazer voltado para a cidadania a partir da presença/reivindicação de uma organização coletiva para participação nos espaços sociais.

## **A Bursca por um Viés Crítico**

Do ponto de vista crítico o lazer é debatido a partir dos modelos de governo, cidadania e mercado. Ao contrário da tese funcionalista, que está preocupada em identificar as necessidades para o funcionamento do sistema, o ideário crítico do lazer procura observar as mudanças ocorridas nas estruturas econômicas e socioespaciais que acabam produzindo ou mantendo as desigualdades sociais. As diferenças de interesses são o vértice pelo qual se produz quadros de conflito, vez que há disputa de poder e desigualdade. De acordo com Padilha (2010, p.69) sob este referencial:

A sociedade é entendida por suas contradições, e seu equilíbrio é irreal, ilusório, falso. Assim, é fundamental entender as causas que provocam nas pessoas a necessidade de buscar um lazer recuperatório, que resolva paliativamente o cansaço, a fadiga, o tédio. Se o trabalho aliena, a lógica do capitalismo aliena o tempo de lazer. Então, não é possível acatar a ideia de um lazer mágico quando se sabe que ele também é regido pelos interesses privados do capital (...). A sociedade não é harmônica nem homogênea, e suas diferenças e contradições manifestam-se também no tempo livre das pessoas (PADILHA, 2010, p.69).

Neste campo se enxerga a possibilidade de discussão do lazer a partir da compreensão das relações materiais pelas quais os homens estão produzindo e reproduzindo sua existência. É crítico a duas ideias conhecidas de lazer: a primeira, objetiva, mormente destacada pela concepção funcionalista, cercada pela observação controlada do uso do tempo livre e ilustradas por um conjunto de categorias que se sobrepõem ao diálogo com a prática. E a segunda, de cunho mais subjetivista, em que o tempo livre não se relaciona mais com o tempo do trabalho, mas sim com o tempo das obrigações (MASCARENHAS, 2005).

Historicamente, e a título de exemplo, o lazer sob seu ponto de vista crítico começa a se apresentar na esteira das transformações de estrutura e organização da classe trabalhadora, frente ao capitalismo. Obras de Paul Lafargue, *Direito à preguiça*, em 1880, e de Thorstein Veblen, *Teoria da Classe Ociosa*, em 1899, são algumas dessas

obras pioneiras que dão contornos ao assunto. Tais publicações no âmbito da França e Estados Unidos, respectivamente, tem posteriormente à publicação de *O Capital*, de Karl Marx (1867), posicionamentos interessantes e significativos acerca do lazer e da sociedade industrial da época. As referidas interpretações de trabalho e tempo livre criticavam a burguesia, com direcionamentos tanto sobre a importância do tempo livre e crítica às exigências do capitalismo, em Lafargue, quanto no exercício da emulação em que posses conferiam prestígio aos indivíduos, em Veblen.

Tais entendimentos, acerca do tempo livre e da competição, antecipam as transformações ocorridas com a globalização, as relações de mercado e o desenvolvimento tecnológico, formatando uma combinação estrutural e discursiva do lazer em função do mercado. Para Munné e Codina (1996) da evolução da sociedade industrial, de uma produção em série à sociedade do consumo, o sentido dado ao tempo livre e ao lazer, podem ser observadas mudanças. De um tempo excedente e residual do tempo do trabalho, sem valor em si mesmo, mas ao contrário, sempre relacionado ao trabalho (como mostram as lutas operárias para redução da jornada de trabalho) ao consumo de bens e serviços há uma nova forma de lazer impulsionada pelos avanços tecnológicos e pela indústria cultural. No entanto, para o autor e a autora, as formas de entendimento anteriores não se perdem, mas se adaptam e se acumulam a uma forma emergente.

É reconhecido, nesta seara, que as cidades com a industrialização sofreram profundas modificações no seu modo de vida social, político e institucional. Embora a cultura urbana moderna tenha criado alternativas que aparentemente atenuam barreiras no acesso à cultura para a pessoa com deficiência, a cidade e sua fragmentação, se mostram em uma realidade de incoerências. Por um lado, um processo de globalização e flexibilização pós-fordista que para produzir sucesso em seus resultados desterritorializa

fluxos econômicos, culturais e simbólicos. Ao mesmo tempo que, por outro, convive com um processo de localidade que traduz a incapacidade e sujeição à condição de marginalidade, tendo em vista as estratégias opressivas das cidades e da sociedade.

Pensar o lazer nestes termos é algo que se revela complexo e desafiador, pois embora suas experiências inspirem a participação, todavia a faz marginalizando os parcialmente empregados e os fisicamente menos aptos. Isso não implica só dizer, assumindo o princípio norteador da economia capitalista, que se excluiu (e ainda colocam em dúvidas) a pessoa com deficiência do mercado de trabalho, mas também, o seu estereótipo construído na indústria cultural e espaço urbano inacessível. Uma síntese acerca desses pontos pode ser apresentada da seguinte maneira:

- Acerca do trabalho, a preocupação da Organização Internacional do Trabalho – OIT e a legislação brasileira da lei de cotas ainda referendam a falta de capacitação profissional para a participação no mercado de trabalho. A capacitação esbarra não só no acesso ao transporte público, vias públicas, rampas e o preconceito; mas, na perspectiva em que o avanço tecnológico não beneficiou o trabalhador, em termos de adaptação e ergonomia, e sim a capacidade de produção (ROSA, 2009; GARCIA, 2010).

- No domínio da indústria cultural<sup>8</sup> (TV, Internet e novelas) alguns estereótipos midiáticos são recorrentes para as pessoas com deficiências: (1) pessoas que merecem pena; (2) vítimas de violência; (3) indivíduos com índole cruel e criminoso; (4) potencializador de uma atmosfera de miséria ou de degradação nos cenários pelos quais transitam os demais personagens; (5) superaleijados; (6) objeto do ridículo; (7) pessoas com deficiência como seu único e próprio inimigo; (8) fardos para

---

<sup>8</sup> A história do *Freak Show*, ou “Show de horrores”, em português (Tradução do autor) é emblemática e pioneira, pode-se dizer, da imagem da deficiência no mercado cultural a partir do século XIX. Disponível em: <https://www.sheffield.ac.uk/nfca/researchandarticles/freakshows>. Acesso em: 2nov2024.

sua família; (9) aberrações sexuais; e (10) indivíduos incapazes de participar da vida em comunidade (BARNES, 1992; SHAKESPEARE, 1994; FARIA, CASOTTI, 2014)

- Sobre o quadro urbano, observa-se que do ponto de vista sócio-histórico deixou-se à cargo dos espaços de enclausuramento a formação da identidade da pessoa com deficiência. O horizonte deste problema é que uma vez que o mercado faz com que haja uma retração das esferas estatais, colapsando as instituições públicas, substituindo-se gradualmente a assistência do Estado de bem-estar social para a sociedade civil, se está diante da desintegração de tais espaços. Ao mesmo tempo há o esgarçamento dos laços sociais deste público com o núcleo urbano (GLEESON, 1999; KAPSALIS, JAGER, HALE, 2024).

Tais questões refletem o desequilíbrio de distribuição de poder e perpetuam a desigualdade por não reconhecer diferenças históricas, estruturais e funcionais em seus padrões de preconceito e discriminação. Mesmo a tentativa de diálogo entre o Estado e o mercado, que tem seu apogeu na ideia do Estado de Bem-Estar Social – *Welfare State*<sup>9</sup> (após a 2ª guerra mundial), apresenta inúmeras lacunas para a conquista da cidadania. As políticas de *welfare* deveriam entender a deficiência não como uma tragédia pessoal, que requer tratamento, mas uma opressão coletiva que requer ação política (OLIVER, 1996, 1998; BARNES, 2010; SHAKESPEARE et al., 2016).

Alguns autores afirmam que o Estado ao assumir gastos sociais de assistência ao trabalhador (saúde, educação, previdência e moradia, configurando os direitos sociais de cidadania); não dá conta, em termos absolutos, de prover a totalidade de seus beneficiários em direito (no caso se tratando da pessoa com deficiência). Além disso, expõe o grupo a uma outra situação contraditória. Nela, por um lado, o próprio acesso

---

<sup>9</sup> No Brasil embora não se esteja afirmando a existência de uma estruturada base para o Estado de Bem-Estar Social, assim como na Europa Ocidental, consideramos uma aproximação a esta perspectiva, de gastos públicos para oferta de serviços sociais, a partir da Constituição de 1988. Segundo Garcia (2010, p. 5) se corrobora com esta ideia “embora sua efetividade tenha sido prejudicada pelo ideário neoliberal que prevaleceu no país durante a década de 1990, período de regulamentação da Constituição”.

ao que seria em tese “benefícios” dos serviços sociais, envolvendo seu beneficiário ao espectro da incapacidade; e, por outro, o processo de especialização desses serviços que acaba reforçando a segregação, pois parte da definição da deficiência como um problema médico (OLIVER, 1996; RUSSELL, MALHOTRA, 2009; BARNES, 2010; SHAKESPEARE *et al.*, 2016).

Oliver (1998), destaca que a ideologia que vinculou historicamente a deficiência a questões médicas perpetuou barreiras, levando compreensões acerca da deficiência oscilando entre questões individuais ou de triunfo sobre a sociedade. Cita, por exemplo, que a não utilização do transporte público não está ligada a incapacidade de andar da pessoa com deficiência física; ao contrário, está no fato da maioria dos meios de transportes não serem projetados para levar cadeira de rodas. Neste caso, a “cura” – em contraste ao consenso médico para a deficiência – não está no cuidado da pessoa com deficiência, mas no investimento público em tal serviço.

Para o lazer se reconhecem os mesmos termos de maneira que a pessoa com deficiência não é incapaz ou insensível para buscar por experiências no universo lúdico de práticas de fruição do tempo livre. Apenas se deve tomar em conta as possibilidades reais de organização do meio urbano como um todo (para além de um marco conceitual de compreensão, mas operativo) de circulação e preparo dos ambientes, para recebê-los em seus espaços. Contudo, chama-se atenção ao que pode se configurar como uma armadilha dialética para a participação no lazer. Significa dizer que as ausências observadas não podem ser solucionadas apenas buscando a integração de “grupos marginalizados” à sociedade. Isso porque a marginalidade é fruto da mesma relação dialética que gera e mantém esta situação. Atuando por esta via se legitima apenas a modificação do indivíduo e não da sociedade, que acaba, por sua vez, sendo reprodutora da desigualdade social.



Neste sentido, algo que se contrapõe radicalmente a este senso comum, individualista, focalista e estruturado em valores e ideais de saída e solução fácil para a exclusão; está nos pressupostos ideológicos orientados a partir da ação coletiva. Mesmo considerando um modelo de governança calcado em um conflito redistributivo desfavorável, explorado até aqui, é no mecanismo de participação, via movimentos sociais, que se enfrentam as expressões políticas legitimadoras da exclusão. Algo caro aos *Disability Studies*, marcante na relação entre o pessoal e o político, e que fundamenta seu histórico de busca por cidadania.

Retoma-se que é na tentativa de serem ouvidos em suas reivindicações e diante da impotência e incapacidade de agir que surge o empoderamento coletivo que dá nome ao movimento londrino. Oliver (1996, 2013), sobre o direito à cidadania (em âmbito civil, social e legal), destaca que os sentimentos individuais e seu empoderamento são a chave para o empoderamento coletivo. Dessa forma, o empoderamento se torna um processo coletivo no qual a perda de poder assume parte da luta para resistir a opressão de outros.

Historicamente no Brasil a relação dos movimentos sociais da/para a pessoa com deficiência com o lazer teve início dentro de cenário considerando a inexistência de diretrizes coletivas e pautas específicas de debates. Izabel Maria Loureiro Maior, liderança nacional do movimento das pessoas com deficiência, destaca a dificuldade desse momento. Segundo ela: “fizemos nascer um movimento, uma luta que não sabíamos de fato aonde ia. (...). As bandeiras, inicialmente, eram de uma rampa, uma atividade de lazer etc.” (FERREIRA, 2010, p. 33).

Do que diz esta histórica liderança à atualidade há que se observar avanços na tentativa de se livrar do estado de segregação historicamente imposto, dialogando com ações questionadoras da situação vivida. A Lei Brasileira de Inclusão - LBI (BRASIL,

2015), nesse entendimento, configura uma conquista, progresso parcial em relação a visão assistencial e terapêutica, de outrora. Todavia, tomando como norte o paradigma democrático e emancipatório, algumas questões devem ser objeto de atenção acerca do caráter educativo dos movimentos e seu papel na cena pública. Se, por exemplo, o caráter identitário da luta da pessoa com deficiência está tomando formas particularistas de defesa de interesses de determinados grupos.

Significa dizer que as lutas são importantes, porém apenas ter acesso, individualmente falando, não significa necessariamente ter liberdade para exercer a ação do lazer. A explicação para isso está quando o lazer é cooptado por uma lógica funcionalista e a busca por seu acesso acaba reforçando o lazer hegemônico. No caso, pode-se pensar que há liberdade para exercer a escolha, mas na verdade pode-se estar consumindo aquilo que a indústria do lazer nos preparou para escolher. Entretanto, ao ponderar a partir de uma ação coletiva, tanto o caráter social do tempo quanto o caráter individual do prazer fazem com que o lazer, dentro das atividades culturais que o constituem, envolvam os diversos interesses humanos e as diferentes linguagens que o compõem. Assim, o lazer em algum momento passa a ser reativo ao que estruturalmente produz a desigualdade; e, finalmente, passa a ter a nossa marca individual, ou seja, ser objeto de nossa própria criação.

Assumir essa possibilidade, mesmo reconhecendo que possa estar em processo de subordinação e relação de poder, é situação na qual há posicionamento consciente e politizado de grupos ou movimentos sociais quando diante da marginalidade percebida ante a sociedade. Assim, de alguma maneira, esta condição de marginalidade, expressa na luta por direitos e reconhecimento de identidades, podem ser traduzidas em espaços que constroem novos sentidos.

## **Conclusão**

Tendo em vista a necessidade de uma leitura atual sobre o processo de exclusão social, que perpetrado ao longo dos tempos tem sido observado pouco interrogativa no que diz respeito ao reconhecimento de possibilidades de acesso à cidadania, este texto se apresenta. Com o objetivo amparado em refletir o sentido dado ao lazer das pessoas com deficiência assume a tarefa de aproximação entre os estudos do lazer e os *Disability Studies*

Em contraposição ao controle de corpos, padronizador de gostos e referências e indiferente às realidades das pessoas que vivenciam sua experiência, os principais resultados chamam atenção para se repensar o lazer e seu papel social. A leitura médica, observada nos dois primeiros eixos de discussão, produziu, junto a uma ordem capitalista, de mercados e modelos de governança, um aparato sofisticado de exclusão e marginalidade deste público. O lazer, nesta ótica, assume um quadro de equilíbrio e integração social, o que para o público deste estudo se materializou em horizontes filantrópicos, médicos e terapêuticos em sua vivência. Sob uma perspectiva crítica, destacada no terceiro eixo, se aponta para a necessidade de políticas e direitos posicionadas na direção da autonomia, inclusão e independência do indivíduo. A cidadania, porém, é uma conquista coletiva a partir dos movimentos e organização de grupos identitários em torno da luta por direitos. Há que se avaliar, em projeção para estudos futuros, dentro das necessidades empíricas do lazer ao sentido epistemológico do campo, o próprio sentido das ações apresentadas e se aspectos particularistas estão se sobrepondo a paradigmas emancipatórios.

## REFERÊNCIAS

ABBERLEY, Paul. The concept of oppression and the development of a social theory of disability. **Disability, Handicap and Society**, v. 2, n.1, p. 5-19, 1987.

AITCHISON, Cara. Exclusive discourses: leisure studies and disability. **Leisure Studies**. v.28, n.4, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02614360903125096#d1e232>. Acesso em: 17 fev2025.

ARAÚJO, P.F de. **Desporto adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidade**. 1997. 140f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

BARNES, C.; OLIVER, M.; BARTON, L. **Disability Studies Today**. Cambridge: Polity Press, 2002. 288p.

BARNES, C. **Disabling imagery and the media**. Halifax: Ryburn Publishing, 1992. 29p.

BARNES, Colin. Discapacidad, política y pobreza en el contexto del Mundo Mayoritario. Por una sociología de la discapacidad. **Revista Política y Sociedad**, v. 47, n., p.11-25, 2010.

BARNES, C.; MERCER, G.; SHAKESPEARE, T. **Exploring Disability: A sociological introduction**. Polity Press, 1999. 280p.

BRASIL. **Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, 26 ago. 2009.

BRASIL. **Lei N. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial. Brasília, 6 de julho de 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** (módulo pessoas com deficiência) – PNAD. 2022.

DINIZ, D. **O que é Deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

KAPSALIS, Efthimis; JAEGER, Nils; HALE, Jonathan. Disabled-by-design: effects of inaccessible urban public spaces on users of mobility assistive devices – a systematic review. **Disability and Rehabilitation: Assistive Technology**, v. 19, n.3, 2024. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17483107.2022.2111723#abstract>. Acesso em: 17 fev. 2025.

FARIA, Marina Dias; CASOTTI, Letícia Moreira. Representações e Estereótipos das pessoas com deficiência como consumidoras: O drama dos personagens com deficiência em telenovelas brasileiras. **Organizações & Sociedade** - Salvador, v. 21, n. 70, 2014.

FERREIRA, G. **O Protagonismo das Pessoas com Deficiência**. Monografia de conclusão do curso de Especialização em Formulação e Gestão de Políticas Sociais em Seguridade Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

FINKELSTEIN, Victor. **Attitudes and Disabled People**: Issues for Discussion. Inglaterra: International Exchange of Information in Rehabilitation/World Rehabilitation Fund, 1980. Disponível em: <http://www.leeds.ac.uk/disability-studies/archiveuk/finkelstein/attitudes.pdf>. Acesso em 15 fev 2024.

FINKELSTEIN, Victor. **The disability movement has run out of steam**. Disability Now, rights. February 1996.

GARCIA, V.G. **Pessoas com deficiência e o mercado de trabalho**: histórico e o contexto contemporâneo. 2010. 205f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

GLEESON, B. **Geographies of Disability**. Routledge, 1999.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

HUNT, Paul. Settling Accounts with The Parasite People: A Critique of “A Live apart” by E.J. Miller and G.V. Gwynne”. In: **Disability Challenge 1**. London: UPIAS, p. 37-50. 1981.

MARCASSA, Luciana. O Lazer e a inovação da animação: entre utopias e reformismos. In: MASCARENHAS, F.; FILHO, A. L. (orgs). **Lazer, cultura e educação**: contribuições ao debate contemporâneo. Goiânia: Editora UFG, 2010. p.107-142.

MASCARENHAS, F. **Entre o ócio e o negócio**: teses acerca da anatomia do lazer. 2005. 307f. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação Física - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MELO, V.A de. **Esporte e lazer**: conceitos - uma introdução histórica. 1. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. 124p.

MUNNÉ, Frederic; CODINA, Nuria. Psicología Social del ocio y el tiempo libre. In: Álvaro, J. L.; GARRIDO A.; TORREGROSA, J. R. (Orgs.). **Psicología Social Aplicada**. Madrid: McGraw Hill Interameiricana de España, Cap 16, p. 429-448, 1996.

OLIVER, Michael. Capitalism, Disability and Ideology: A Materialist Critique of the Normalization Principle. In: FLYNN, Robert John; LEMAY, Raymond (eds). **A Quarter-century Normalization and Social Role Valorization**: Evolution and Impact. University of Ottawa Press, Ottawa, p. 163-174, 1999.

OLIVER, Mike. The social model of disability: thirty years on. **Disability & Society**, v.28, n.7, 2013.

OLIVER, Mike. Theories of disability in health practice and research. **BMJ**. Nov 21; 317(7170): 1446-1449, 1998.

OLIVER, M. **Understanding disability: From theory to practice**. New York: St. Martin's Press, 1996. 192p.

PADILHA, Valquíria. **Trabalho e lazer: reflexões sobre a abordagem funcionalista**. (Monografia) Especialização em Lazer. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992. 60p.

PADILHA, Valquíria. Trabalho, lazer e consumo nas sociedades contemporâneas. *In*: MASCARENHAS, Fernando; FILHO, Ari Lazzarotti. **Lazer, cultura e educação: contribuições ao debate contemporâneo**. p.51-74, Goiânia: Editora UFG, 2010.

PALACIOS, Agustina; BARIFFI, Francisco. **La discapacidad como una cuestión de derechos humanos**. Ediciones Cinca. 2007.

ROSA, E.R. da. **O trabalho das pessoas com deficiência e as relações sociais de produção capitalista: uma análise crítica da política de cotas no Brasil**. 2009. 246f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 2009.

RUSSELL, Marta; MALHOTRA Ravi. Capitalism and disability. **Socialist Register**, v.38, p.211-228, 2009.

SHAKESPEARE, Tom. 1994. "Cultural Representation of Disabled People: Dustbins for Disavowal?" **Disability & Society** 9 (3): 283–299. <https://doi.org/10.1080/09687599466780341>

SHAKESPEARE, Tom. The Social Model of Disability. *In*: DAVIS, Lennard J. **The Disability Studies Reader**. cap. 16, p.214-221, Routledge, 2014.

SHAKESPEARE, T.; WATSON, N.; ALGHAIB, O. A. (2016). Blaming the victim, all over again: Waddell and Aylward's biopsychosocial (BPS) model of disability. **Critical Social Policy**, 37(1), 22–41.

WHO. **Global report on health equity for persons with disabilities**. Geneva: World Health Organization; 2022.

WHO. World Health Organization. **International Classification of Impairments, Disabilities, and Handicaps**. Geneva: WHO, 1980.

WINNICK, Joseph P. **Educação física e esportes adaptados**. 3. ed. Barueri: Manole, 2004.

#### **Endereço do Autor:**

André Luís Normanton Beltrame  
Endereço eletrônico: [andre.beltrame@ueg.br](mailto:andre.beltrame@ueg.br)